

A UTILIZAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS EM PORTUGAL: ANÁLISE SEGUNDO A FORMAÇÃO E O DOMÍNIO DE PRÁTICA PROFISSIONAL

ORLANDA M. S. R. CRUZ e LEANDRO S. ALMEIDA (*)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Conclui-se com este artigo uma série de análises efectuadas tomando as respostas de uma amostra de psicólogos portugueses (N = 110) a um inquérito alusivo ao uso dos testes. Os resultados serão aqui analisados tomando a percepção da suficiência/insuficiência da formação académica recebida no uso dos testes, e o domínio de prática profissional (Clínica, Escolar, Organizações) dos inquiridos. De um modo geral os valores obtidos não se apresentam claramente diferenciados. Apesar disso, e quando analisados segundo o domínio de intervenção, os resultados apontam para algumas diferenças no uso, nas opiniões, nas atitudes e nas expectativas em relação ao método dos testes. Os psicólogos das organizações, nomeadamente, apresentam alguma especificidade a este respeito, o que poderá associar-se a uma maior utilização dos testes por parte deste grupo profissional. Para os autores, a falta de especializações pós-licenciatura, o pouco tempo de prática de grande número dos psicólogos inquiridos e a proximidade efectiva que vem sendo promovida entre os três domínios de prática tradicionalmente diferenciados contribuirão para explicar a proximidade verificada nos resultados obtidos.

O uso dos testes psicológicos, desde o seu aparecimento no início do século até aos nossos dias, tem suscitado vários tipos de atitudes, quer por parte dos psicólogos inicialmente definidos como "profissionais dos testes", quer por parte do público em geral. Para uma análise evolutiva destas atitudes é possível considerar, simultaneamente, os elementos inerentes à própria evolução da ciência psicológica e as implicações advindas das transformações socio-culturais do pós-guerra (Almeida e Cruz, 1985a; Drenth, 1975; Poortinga et al., 1982; Simões, 1983). Ao nível da psicologia refira-se a ênfase nos aspectos comportamentais observáveis (versus aspectos subjacentes ou internos), a inserção da informação dos testes no processo da própria intervenção (versus tarefas de diagnóstico ou mera avaliação), o alargamento do conceito de intervenção psicológica (não exclusivamente individual, remediativa ou centrada no problema ou crise — Morrill et al., 1979), e a aceitação generalizada das dificuldades inerentes a toda a tentativa de compartimentação e de quantificação do comportamento humano.

Por outro lado, as transformações de índole socio-cultural, designadamente a emergência dos movimentos humanitários e de defesa dos direitos civis, foram ocasião para uma reflexão sobre o sentido e a utilidade da informação decorrente do método dos testes. Alguma informação aparece referenciada a este respeito: a forte influência das variáveis socio-culturais nos resultados dos testes, a invasão da privacidade dos indivíduos, uma maior incidência na selecção dos sujeitos que na sua promoção (por vezes em clara oposição com a defesa da igualdade de direitos), e as próprias limitações da informação recolhida com uso dos testes para a intervenção psicológica (Almeida e Cruz, 1985a).

Conclui-se, neste artigo, a apresentação dos resultados de um inquérito junto dos psicólogos portugueses sobre o uso dos testes psicológicos (1). Este estudo seguiu de perto as análises sobre o assunto efectuadas noutros países da Europa Ocidental

(Poortinga et al., 1982). Em artigo anterior foram apresentados os resultados gerais deste inquérito (Almeida e Cruz, 1985b) e procurou-se estabelecer um paralelismo entre os valores obtidos na amostra portuguesa e os respeitantes às amostras de psicólogos daqueles países. Como conclusões gerais desse artigo, refira-se a atitude de aceitação do método dos testes expressa pela grande maioria dos psicólogos portugueses, atitude também extensível aos psicólogos dos outros países europeus. Os inquiridos, na sua maioria, pensam que essa atitude de aceitação é também comum aos profissionais não-psicólogos colegas de trabalho e ao público em geral. Esta aceitação dos testes por parte dos psicólogos diferenciava-se, no entanto, quer em função do tipo de testes usados, quer em função dos domínios de prática profissional. Em relação às objecções tradicionalmente formuladas ao método dos testes, os psicólogos portugueses tendem a encará-las mais como uma ocasião para a sua reformulação do que no sentido da inviabilização do seu uso.

Neste último artigo sobre os resultados do inquérito referido, analisa-se as respostas obtidas dando particular atenção à percepção do nível de formação académica recebida no uso dos testes e aos domínios da prática profissional dos inquiridos. Procura-se, assim, conhecer em que medida a formação recebida e a prática profissional em determinado domínio influenciam as percepções, as opiniões, as atitudes, as expectativas e a própria prática dos psicólogos portugueses no que respeita ao uso dos testes.

Metodologia: Instrumento e amostra

Este trabalho considera os resultados da aplicação, no primeiro semestre de 1984, de um questionário junto dos psicólogos portugueses sobre a problemática do uso dos testes (Almeida e Cruz, 1985b). Neste questionário abordavam-se diferentes aspectos referentes ao uso dos testes como a sua aceitação, a percepção da sua utilidade, as atitudes face às críticas e objecções, as expectativas em relação ao futuro e as considerações de cariz deontológico decorrentes de tal prática. A amostra é constituída por psicólogos com pelo menos dois anos de prática. Procurou-se, assim, que as respostas obtidas pudessem reflectir alguma experiência profissional por parte dos inquiridos. O questionário

(*) Assistentes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (Universidade do Porto, R. das Taipas, 76 — 4000 Porto); membros do Centro de Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança e do Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional, respectivamente. Os autores agradecem à Fundação Eng. António de Almeida (Porto) o apoio financeiro para a realização deste estudo.

rio foi enviado a 400 psicólogos, tendo-se obtido 113 respostas. Deste número foram eliminados três inquiridos por se encontrarem parcialmente repondido. No quadro 1 descreve-se a amostra obtida quanto à formação académica e aos anos de prática profissional.

Quadro 1 — Caracterização da amostra em termos de formação académica e anos de prática

| Anos | Univ. Port. | Univ. Estrang. | ISPA | Filosofia | Outro Curso | Total |
|---------|-------------|----------------|------|-----------|-------------|-------|
| 2 | 26 | — | 2 | 1 | — | 29 |
| 3/5 | 19 | 2 | 10 | 1 | 2 | 34 |
| 6/10 | 2 | 3 | 5 | 9 | 2 | 21 |
| + de 10 | — | 4 | 4 | 11 | 7 | 26 |
| Total | 47 | 9 | 21 | 22 | 11 | 110 |

Da leitura do quadro anterior depreende-se uma maior representação na amostra dos psicólogos formados nas universidades portuguesas e com uma prática profissional entre 2 e 5 anos. Ainda que decorram daí algumas interrogações sobre a representatividade desta amostra, é possível defender uma importância crescente das universidades portuguesas na formação dos psicólogos. Paralelamente, é compreensível também que os psicólogos com uma formação académica não específica em psicologia apresentem um número superior de anos de prática

Como complemento a esta descrição da amostra, apresenta-se no quadro 2 a distribuição da amostra por domínios profissionais. Refira-se que as respostas não eram tomadas em termos exclusivos, podendo os inquiridos assinalar todos os domínios em que exerciam actividade em pelo menos 10% do seu tempo total. Os domínios contemplados foram: Psicologia Clínica, Psicologia Infantil, Psicologia Escolar, Investigação Psicológica, Orientação Vocacional, Ensino da Psicologia, Psicologia das Organizações, Psicologia Social e "Outros".

Quadro 2 — Caracterização da amostra por domínios e anos de prática profissional

| Anos | Clín. | Ps. Inf. | Ps. Esc. | In-vest. | Or. Voc. | Ensi-no | Ps. Org. | Ps. Social | Out. |
|---------|-------|----------|----------|----------|----------|---------|----------|------------|------|
| 2 | 13 | 6 | 10 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 3 |
| 3/5 | 15 | 7 | 20 | 4 | 5 | 4 | 8 | 1 | 2 |
| 6/10 | 9 | 3 | 11 | 1 | 4 | 3 | 3 | 1 | 1 |
| + de 10 | 6 | 4 | 5 | 5 | 16 | 6 | 4 | 3 | 4 |
| Total | 43 | 20 | 46 | 12 | 27 | 16 | 17 | 6 | 10 |

De acordo com os valores indicados, grande parte dos inquiridos situam a sua acção no contexto educativo. Um domínio de intervenção também bastante referenciado é o da Psicologia Clínica. Verifica-se, ainda, que os psicólogos com maior número de anos de prática aparecem fundamentalmente ligados às tarefas de Orientação Vocacional, enquanto os outros se distribuem, fundamentalmente, pela Psicologia Infantil e Psicologia Escolar.

Considerando o tipo de formação académica recebida, verifica-se que os formados pelas universidades portuguesas e pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) se encontram distribuídos, por ordem decrescente, na Psicologia Escolar, Psicologia Clínica, Psicologia Infantil e Psicologia das Organizações. Os formados nas universidades estrangeiras exercem a sua actividade essencialmente no domínio do Ensino, da Investigação e da Psicologia Clínica. Por último, os formados em Filosofia ou "outro curso" exercem a sua actividade fundamentalmente em Orientação Vocacional.

Apresentação e análise dos resultados

Os resultados do inquérito são analisados neste trabalho tomando uma dupla vertente: a percepção por parte dos inquiridos sobre a suficiência/insuficiência da formação académica recebida no uso dos testes e o domínio de prática profissional. Pretende-se, deste modo, complementar a informação já contida em trabalho anterior (Almeida e Cruz, 1985b), através da indicação de frequências e análise de diferenças na sua distribuição (Qui-Quadrado).

1. Percepção por parte dos psicólogos da formação académica recebida

Os psicólogos foram inquiridos quanto à percepção da suficiência/insuficiência da sua formação académica no uso dos testes. Esta questão procurava conhecer em que medida a percepção formulada se relacionaria com a sua prática, as suas opiniões e as suas expectativas em relação ao método dos testes. Inclui-se, aqui, uma análise do tempo dispendido no uso dos testes, a valorização dos aspectos objectivos vs intuitivos na avaliação, a apreciação de vários aspectos caracterizadores do método dos testes, e a valorização das várias objecções geralmente formuladas ao método dos testes e suas implicações para a prática. Pode desde já referir-se que 50% dos inquiridos tomaram a sua formação no uso dos testes como "insuficiente", 48% como "suficiente" e 2% como "demasiada". Estas percentagens sugerem que a amostra inquirida se reparte, numa proporção similar, entre os que tomam a sua formação como suficiente e os que a percebem como insuficiente. Apenas um número muito reduzido refere essa formação como "demasiada", percepção esta que poderá estar associada a uma atitude depreciativa em relação a estes instrumentos. No quadro 3 apresenta-se a relação entre a percepção formulada e o tempo efectivamente dispendido com o uso dos testes.

Quadro 3 — Percepção da suficiência/insuficiência da formação e o tempo dispendido com o uso dos testes (%).

| Tempo | <25% | 25%-50% | >50% | Total |
|---------------|------|---------|------|-------|
| Insuficiência | 60 | 27 | 13 | 100 |
| Suficiência | 47 | 34 | 19 | 100 |

Os valores apontados sugerem um ligeiro aumento do uso dos testes por parte dos sujeitos que tomam a sua formação como "suficiente". No entanto, a diferença verificada não se apresenta estatisticamente significativa ($X^2 = 1.87$; gl. = 2; $p = .39$).

Num breve parêntesis refira-se um gasto diferencial de tempo com o uso dos testes consoante a formação inicial dos inquiridos; assim 62% dos inquiridos com formação de base em Psicologia (universidades portuguesas e estrangeiras, e ISPA) respondem que esse tempo é inferior a 25% do seu tempo total de trabalho, contra 36% dos inquiridos com formação de base em Filosofia ou outro curso. Por outro lado, 13% do primeiro grupo referem uma utilização superior a 50% contra 21% do segundo grupo ($X^2 = 6.29$; gl. = 2; $p < .05$).

Analisou-se, ainda, a relação entre a percepção da formação no uso dos testes e a valorização pelos inquiridos do papel da intuição e das técnicas objectivas na avaliação psicológica. Os inquiridos poderiam indicar uma maior valorização da intuição, uma maior valorização das técnicas objectivas ou uma posição reconhecendo a complementaridade de ambas. No quadro 4 indicam-se os valores obtidos.

Quadro 4 — Percepção da formação recebida e valorização dos aspectos intuitivos/objectivos na avaliação (%).

| | Intuição | Int./Object. | Objectividade |
|---------------|----------|--------------|---------------|
| Insuficiência | 11 | 67 | 22 |
| Suficiência | 15 | 57 | 28 |

Os resultados não manifestam uma relação significativa entre o tipo de percepção da formação recebida no uso dos testes e a maior valorização dos aspectos objectivos ou dos aspectos subjectivos (insight) na avaliação ($X^2 = 1.16$; $gl = 1$; $p = .56$). O maior número de respostas vai no sentido da complementaridade de ambos os aspectos, muito embora se verifique ainda uma maior percentagem dos inquiridos a valorizar mais as técnicas objectivas que os aspectos intuitivos. Esta distribuição está também de acordo com os valores observados na amostra geral: 25,4% tomam posição a favor do uso de técnicas objectivas, 12,7% a favor da intuição e 60,9% manifestam uma posição intermédia.

Procurou-se também analisar em que medida a percepção da formação recebida como suficiente ou insuficiente poderia traduzir uma diferenciação das respostas quanto à apreciação positiva ou negativa de algumas das características do método dos testes consideradas neste inquérito: a exigência de normas rígidas, a ênfase na comparação inter-sujeitos e o carácter abstracto das questões do teste (quadro 5).

Quadro 5 — Avaliação de algumas características do método dos testes em função da percepção da suficiência/insuficiência da formação recebida (%).

| Valorização: | Insuficiente | | Suficiente | |
|---------------------------|--------------|-----|------------|-----|
| | (-) | (+) | (-) | (+) |
| Normas rígidas | 43 | 57 | 26 | 74 |
| Comparação inter-sujeitos | 42 | 58 | 18 | 82 |
| Questões abstractas | 74 | 26 | 79 | 21 |

As avaliações produzidas não se parecem diferenciar em função da percepção por parte dos inquiridos da sua formação académica. Apenas na questão da ênfase do método dos testes na comparação dos resultados "inter-sujeitos" se verifica uma apreciação estatisticamente diferenciada ($X^2 = 4,74$; $gl = 1$; $p = .03$). Os sujeitos que percebem a sua formação no uso dos testes como suficiente manifestam uma atitude mais favorável.

Os resultados obtidos permitem assim constatar que as "normas rígidas e a "comparação inter-sujeitos" são aspectos considerados positivos, particularmente no grupo que percebe a sua formação como "suficiente". Ambos os grupos consideram o carácter "abstracto" das questões que integram os testes como negativo.

Por último, analisou-se a relação entre a percepção da suficiência/insuficiência da formação recebida e a atitude assumida face às objecções geralmente formuladas ao método dos testes. Estas objecções cobriam diferentes aspectos (teóricos, psicómétricos, pertinência da informação para a tomada de decisões e considerações éticas) e as implicações daí decorrentes poderiam ir desde o "não uso taxativo" (A) até ao "não fundamento dessas objecções ou ausência de implicações para a prática" (C), passando por uma posição intermédia (B) — quadro 6.

Os resultados obtidos sugerem uma não diferenciação nos dois grupos (suficiência/insuficiência da formação) em relação às implicações decorrentes das objecções usualmente formuladas para o uso dos testes. A maior oscilação de valores verifica-se no

item "pertinência da informação obtida com os testes nas decisões a tomar" ($X^2 = 4.66$; $gl = 2$; $p = .10$), onde os sujeitos que tomam a sua formação académica como "suficiente" no uso dos testes manifestam em maior número a opinião do pouco fundamento daquelas objecções.

Quadro 6 — Implicação das várias objecções no uso dos testes em função da percepção da suficiência/insuficiência da formação recebida (%).

| Objecções: | Formação: | A | B | C |
|---------------|---------------|----|----|----|
| Teóricas | Insuficiência | 30 | 66 | 4 |
| | Suficiência | 29 | 67 | 4 |
| Psicométricas | Insuficiência | 25 | 50 | 25 |
| | Suficiência | 27 | 56 | 17 |
| Decisão | Insuficiência | 24 | 53 | 23 |
| | Suficiência | 17 | 41 | 42 |
| Éticas | Insuficiência | 40 | 28 | 32 |
| | Suficiência | 29 | 26 | 45 |

2. Relação entre o domínio de prática profissional e o uso dos testes

Um segundo grupo de análises tomou os inquiridos por domínios de prática profissional. Procurou-se, assim, analisar em que medida as experiências profissionais diferenciadas (modelos, objectivos, contextos, problemas e alvos de intervenção) poderiam estar relacionadas com as atitudes, a prática e as expectativas dos psicólogos em relação ao método dos testes. Os aspectos analisados foram os seguintes: tempo dispendido com o uso dos testes, percepção da aceitação do uso dos testes por parte dos restantes profissionais colegas de trabalho, valorização dos aspectos intuitivos versus objectivos na avaliação psicológica, apreciação de várias características inerentes ao método dos testes, peso das várias objecções usualmente formuladas ao método dos testes, aspectos de natureza deontológica e expectativas em relação ao futuro do método dos testes.

Os domínios considerados são os habitualmente referidos na caracterização da prática psicológica: Psicologia Clínica, Psicologia Escolar e Psicologia das Organizações.

No quadro 7 os sujeitos aparecem distribuídos de acordo com o tempo dispendido no uso dos testes e os domínios de prática profissional.

Quadro 7 — Distribuição dos sujeitos segundo o tempo dispendido com o uso dos testes e o domínio de prática profissional (%).

| Domínios | Tempo | <25% | 25%-50% | >50% |
|---------------|-------|------|---------|------|
| Psic. Clínica | | 57 | 24 | 19 |
| Psic. Escolar | | 53 | 36 | 11 |
| Psic. Organ. | | 47 | 24 | 29 |

Os valores obtidos não apontam para uma diferenciação significativa das respostas quanto ao tempo dispendido com o uso dos testes. Refira-se, entretanto, que no conjunto da amostra apenas 16% dos inquiridos assinalavam um uso superior a 50%, 55% referiam um tempo inferior a 25%, e 30% entre 25 e 50% do seu tempo total (Almeida e Cruz, 1985b).

A relação entre o tempo dispendido com o uso dos testes e a percepção do grau de aceitação/rejeição da utilização destes instrumentos por outros profissionais na amostra global e por do-

mínios de intervenção aparece descrita no quadro 8. Entre parêntesis indica-se a percentagem de psicólogos de cada grupo que percebem uma atitude de aceitação ou de rejeição por parte dos outros profissionais em relação aos testes.

Os valores obtidos permitem constatar que a percentagem de psicólogos que percebem uma atitude de aceitação é bastante superior, tanto na amostra global como por domínios, à dos que percebem uma atitude de rejeição. Essa superioridade mostra-se particularmente evidente no grupo dos psicólogos das organizações (cerca de 90% percebem uma atitude de aceitação por parte dos outros profissionais).

Quadro 8 — Percepção da atitude de outros profissionais e tempo dispendido com teste — amostra global e domínios de intervenção (%).

| % tempo gasto | | <25 % | 25 %-50 % | >50 % |
|----------------|-----------------|-------|-----------|-------|
| Amostra global | Rejeição (22%) | 88 | 12 | 0 |
| | Aceitação (65%) | 40 | 38 | 22 |
| Psic. Clínica | Rejeição (37%) | 100 | 0 | 0 |
| | Aceitação (63%) | 33 | 42 | 25 |
| Psic. Escolar | Rejeição (28%) | 90 | 10 | 0 |
| | Aceitação (72%) | 35 | 50 | 15 |
| Psic. Organ. | Rejeição (13%) | 100 | 0 | 0 |
| | Aceitação (87%) | 36 | 28 | 36 |

Neste quadro verifica-se uma associação estatisticamente significativa tanto na amostra geral ($X^2 = 17.12$; $gl = 2$; $p < .001$) como nos domínios da Psicologia Clínica ($X^2 = 8.06$; $gl = 2$; $p = .017$), e da Psicologia Escolar ($X^2 = 8.94$; $gl = 2$; $p = .011$) a qual vai no sentido de um tempo de utilização inferior no caso de psicólogos cujos colegas de trabalho rejeitam a prática de testes. Esta associação não se verifica porém junto dos profissionais das organizações, onde aliás, apenas uma percentagem reduzida de psicólogos (13%) percebem uma atitude de rejeição em relação aos testes por parte dos outros profissionais.

Uma outra preocupação na realização desta análise foi conhecer a importância que os psicólogos atribuíam à intuição e à objectividade na avaliação do comportamento humano e em que medida essa valorização se diferenciava segundo os domínios de intervenção (quadro 9).

Quadro 9 — Avaliação dos contributos da intuição e das técnicas objectivas na avaliação em função do domínio de prática (%).

| Domínios | Intuição | Int./Object. | Objectividade |
|--------------|----------|--------------|---------------|
| Clínica | 14 | 67 | 19 |
| Escolar | 18 | 47 | 35 |
| Organizações | 0 | 75 | 25 |

Os valores obtidos não se diferenciam de um modo estatisticamente significativo ($X^2 = 6.34$; $gl = 4$; $p = .17$). No entanto, olhando as percentagens de resposta, pode-se afirmar que os profissionais no domínio da Psicologia Clínica parecem revelar um maior equilíbrio na valorização dos dois aspectos, enquanto uma maior valorização da objectividade, apenas em termos proporcionais, parece ocorrer nos que exercem a sua actividade no contexto escolar e das organizações.

Analisando as apreciações feitas quanto a alguns dos requisitos do método dos testes (uso de normas rígidas, acento na comparação inter-sujeitos, predomínio de questões abstractas), verifica-se que na generalidade destas situações os três grupos de

psicólogos não se diferenciam quanto às opiniões formuladas (quadro 10).

Quadro 10 — Apreciação negativa ou positiva de algumas exigências a que o método dos testes aparece frequentemente associado (%).

| Exigências: | Clínica | | Escolar | | Organizações | |
|----------------------|---------|-----|---------|-----|--------------|-----|
| | (-) | (+) | (-) | (+) | (-) | (+) |
| Normas Rígidas | 35 | 65 | 46 | 54 | 27 | 73 |
| Comp. Inter-sujeitos | 25 | 75 | 43 | 57 | 17 | 83 |
| Questões Abstractas | 55 | 45 | 88 | 12 | 60 | 40 |

O padrão de resposta a cada um dos aspectos é muito similar nos três grupos. Apenas em relação ao carácter abstracto das questões se verifica uma maior proporção de apreciações negativas por parte dos psicólogos escolares ($X^2 = 5.72$; $gl = 2$; $p = .057$). Nos restantes aspectos avaliados, o grupo de psicólogos escolares apresenta uma maior heterogeneidade de posições: maior proximidade do número dos que consideram cada um desses aspectos como positivo ou negativo. Por último, a possibilidade de comparação dos sujeitos entre si é sobretudo apreciada pelos psicólogos clínicos e das organizações, o mesmo acontecendo em relação às exigências estatísticas e à existência de normas rígidas, de algum modo associadas àquele aspecto.

Quanto às implicações das várias objecções (teóricas, psicométricas, tomada de decisão e éticas) para o uso dos testes - não uso taxativo dos testes (A), uso condicionado (B), não fundamento das objecções (C), - os valores observados aparecem indicados no quadro 11.

Quadro 11 — Importância atribuída às várias objecções ao método dos testes por psicólogos de diferentes domínios profissionais (%).

| | | A | B | C |
|---------------|-------------|----|----|----|
| Teóricas | P. Clínica | 33 | 67 | 0 |
| | P. Escolar | 38 | 58 | 4 |
| | P. Organiz. | 18 | 82 | 0 |
| Psicométricas | P. Clínica | 14 | 67 | 19 |
| | P. Escolar | 25 | 59 | 16 |
| | P. Organiz. | 18 | 41 | 41 |
| T. Decisão | P. Clínica | 14 | 67 | 19 |
| | P. Escolar | 33 | 34 | 33 |
| | P. Organiz. | 6 | 53 | 41 |
| Éticas | P. Clínica | 38 | 29 | 33 |
| | P. Escolar | 39 | 29 | 32 |
| | P. Organiz. | 30 | 29 | 41 |

Por último, questionados em relação às suas expectativas quanto ao futuro do método dos testes (quadro 12), verifica-se que os profissionais da Psicologia Clínica e da Psicologia Escolar se situam numa maior proporção em posições que apontam para a diminuição ou manutenção do nível actual de utilização destes instrumentos. Apenas os psicólogos que trabalham em organizações expressam mais claramente a expectativa do aumento de uso.

A diferença estatisticamente significativa encontrada ($X^2 = 12.05$; $gl = 4$; $p = .017$) reflecte um predomínio nos psicólogos escolares da posição que aponta para a diminuição do uso, um equilíbrio nos da Psicologia Clínica entre a diminuição e a manutenção do nível actual de uso, e um equilíbrio igualmente nos psicólogos das organizações mas agora entre a defesa do nível actual e o incremento do uso no futuro.

Quadro 12 — Expectativas quanto ao uso dos testes no futuro (%).

| | Diminuição | Manutenção | Incremento |
|-------------|------------|------------|------------|
| P. Clínica | 42 | 37 | 21 |
| P. Escolar | 56 | 30 | 14 |
| P. Organiz. | 6 | 56 | 38 |

Discussão dos resultados

Inicia-se esta discussão por umas breves referências à amostra de psicólogos inquiridos. Em primeiro lugar constata-se (quadro 1) que os psicólogos com maior número de anos de prática apresentam uma formação superior não específica de Psicologia, invertendo-se essa situação em relação aos psicólogos com menos anos de prática. Um segundo aspecto advém do maior número de inquiridos a exercer a sua actividade em Psicologia Clínica e em Psicologia Escolar (quadro 2).

1. O uso dos testes e a percepção por parte dos psicólogos da formação académica recebida.

Considerando a formação académica recebida no uso dos testes por parte da amostra global verifica-se que aproximadamente metade dos inquiridos tomam essa formação como suficiente e outra metade como insuficiente. Apenas 2% refere essa formação como “demasiada”, o que poderá traduzir uma opinião desfavorável em relação ao assunto.

Os psicólogos que consideram a sua formação suficiente tendem a ocupar mais tempo com o uso dos testes psicológicos na sua prática profissional (ainda que não se trate de uma diferença estatisticamente significativa).

A percepção da suficiência/insuficiência da formação não aparece relacionada com a maior valorização dos aspectos objectivos ou subjectivos na avaliação psicológica. Ambos os grupos assumem uma posição conciliatória em relação ao contributo das duas abordagens na avaliação.

Em relação à apreciação como positiva ou negativa de diferentes características do método dos testes (exigência de normas rígidas, ênfase na comparação inter-sujeitos e o carácter abstracto dos itens), ambos os grupos apresentam um padrão similar de resposta quanto à apreciação negativa do carácter abstracto das questões dos testes. Em relação à existência de normas rígidas o grupo de psicólogos que considera a sua formação como suficiente avaliam este aspecto de forma claramente positiva ao contrário do grupo que considera a sua formação insuficiente. Quanto à ênfase na comparação inter-sujeitos verifica-se o mesmo padrão de resposta, sendo a diferença aliás estatisticamente significativa (quadro 5). Os valores obtidos permitem antever que as desvantagens do carácter abstracto dos itens são sentidas por ambos os grupos, podendo as contrariedades advindas da ênfase dos testes nas normas e na comparação inter-sujeitos serem mais facilmente atenuadas pelas pessoas com melhor formação no seu uso. Ao mesmo tempo, o facto das pessoas com formação suficiente apresentarem uma maior ocupação do seu tempo de prática com o uso dos testes poderá implicar a necessidade desses parâmetros ponderativos da realização dos indivíduos nas provas psicológicas.

Em relação ao impacto das objecções usualmente formuladas ao método dos testes (teóricas, psicométricas, decisionais e éticas), os valores não apontam para diferenças significativas nas apreciações feitas por ambos os grupos. Em relação às objecções teóricas e psicométricas ambos os grupos tomam uma posição intermédia: a importância das objecções não vai contra o sentido de utilidade da informação obtida. Em relação às objecções decisionais, os psicólogos que tomam a sua formação como sufi-

ciente atribuem-lhe pouca importância, assim como às objecções de índole ético. Nestas últimas, os sujeitos que tomam a sua formação como insuficiente consideram-nas como efectivamente importantes ao ponto de impedirem a utilização dos próprios testes. Tal como anteriormente, os sujeitos que percebem a sua formação como suficiente, que dispõem mais tempo com o uso dos testes, que valorizam a existência de normas rígidas e a ênfase colocada na comparação inter-sujeitos, não consideram as objecções decisionais e éticas em relação ao método dos testes como susceptíveis de inviabilizarem o seu uso.

2. Relação entre o domínio de prática profissional e o uso dos testes.

Considerando os resultados obtidos em função do domínio de prática profissional (Psicologia Clínica, Psicologia Escolar e Psicologia das Organizações) verifica-se, em primeiro lugar, que os três grupos não aparecem claramente diferenciados quanto à percentagem de tempo dispendida com o uso dos testes. Os três grupos, assim como a amostra global inquirida, tendem a utilizar os testes numa percentagem inferior a 25% do seu tempo total de prática. Os psicólogos no domínio da Psicologia das Organizações apresentam em relação aos restantes uma maior porção de tempo dispendido com o uso dos testes. Estes valores permitem considerar, que ou os psicólogos já não intervêm tanto ao nível da avaliação, ou esta deixou de ser realizada essencialmente através de testes. Por outro lado, o facto dos psicólogos organizacionais apresentarem uma maior taxa de dispêndio do seu tempo de prática com o uso dos testes poder-se-á ficar a dever a tarefas mais específicas (selecção, orientação e reconversão profissionais), em que os testes acabarão por fornecer uma informação objectiva e “externa” na avaliação dos indivíduos. É possível ainda que grande parte dos estudos existentes em Portugal com testes relativos a provas de realização. A falta de trabalhos em relação aos testes de personalidade (projectivos ou objectivos) e aos testes mais directamente ligados ao contexto escolar (por exemplo, testes de conhecimentos) poderão contribuir para a menor percentagem de tempo gasto com os testes por parte dos psicólogos “clínicos” e “escolares”, respectivamente.

Ao estudar a relação do tempo gasto com o uso dos testes e a percepção de aceitação/rejeição do seu uso pelos outros profissionais verifica-se uma associação positiva entre as duas variáveis. Quer na amostra global, quer nos profissionais “clínicos” e “escolares” verifica-se uma diferença significativa dos resultados: os indivíduos que percebem uma atitude de rejeição por parte dos outros profissionais empregam uma menor percentagem do seu tempo com o uso dos testes. A situação específica encontrada nos psicólogos que trabalham nas organizações passa pelo facto de 87% perceberem a posição dos outros profissionais como positiva (aliás também usam os testes numa maior percentagem de tempo). Poder-se-á então depreender que os psicólogos recorrem aos testes, seja por uma necessidade efectiva (mais os psicólogos das organizações), seja pela percepção de uma maior aceitação por parte dos outros profissionais (mais nos psicólogos clínicos e escolares). O carácter incipiente da intervenção psicológica no nosso país e ainda uma certa posição de subalternidade que por vezes se verifica em relação aos restantes grupos profissionais poderá ajudar a compreender a relação positiva encontrada.

Em relação à valorização dos aspectos objectivos e subjectivos na avaliação psicológica não se encontra um padrão diferenciado de resposta nos três grupos. Em qualquer um deles a maior percentagem situa-se numa posição intermédia ou conciliatória de ambos os aspectos. Mesmo assim, constata-se uma maior valorização da objectividade no grupo dos psicólogos escolares, enquanto os psicólogos organizacionais “recusam” a valorização/utilização dos aspectos subjectivos. Os psicólogos clínicos parecem ser os que proporcionalmente valorizam mais a com-

plementaridade de ambos os aspectos. Nos outros dois grupos a "objectividade" aparece mais valorizada. Os valores obtidos poderão de algum modo inserir-se na especificidade de cada um dos domínios de intervenção psicológica considerados (tipo de problemas, metodologias, modelos, objectivos, formação recebida e tradição da prática psicológica).

Em relação à percepção positiva ou negativa das várias exigências ou características do método dos testes (quadro 11) verifica-se também uma grande similaridade de pontos de vista nos três grupos. A existência de normas rígidas é considerada positiva, enquanto o facto de os resultados não atenderem aos processos subjacentes na resposta é tomado como negativo. O carácter abstracto dos itens é sobretudo sentido como negativo no grupo dos psicólogos escolares (maior necessidade de inserção da avaliação no processo de aprendizagem dos alunos: conteúdos, estratégias, metodologias), enquanto a ênfase colocada na comparação inter-sujeitos e na existência de normas rígidas aparecem sobretudo valorizadas pelos psicólogos das organizações e, em menor grau, pelos psicólogos clínicos. A especificidade atrás referida da intervenção em cada domínio explicará a flutuação encontrada nos resultados relativamente a estes aspectos.

Quanto às implicações na utilização ou não utilização dos testes decorrente das objecções que lhes são usualmente formuladas, os psicólogos reconhecem de um modo geral a importância das mesmas, não as tomando contudo como impeditivas do uso destes instrumentos (uso ponderado). Os psicólogos escolares parecem ser os que mais valorizam as implicações de tais objecções (cerca de um terço das respostas referem o não uso dos testes dada a pertinência de tais objecções). Os psicólogos das organizações tendem a considerar tais objecções como pouco fundamentadas ou com poucos reflexos no sentido prático e utilitário da informação obtida. Ambos os valores vão de encontro à menor ou maior utilização dos testes, respectivamente por parte destes grupos profissionais. As objecções de carácter ético são as que provocam uma maior discrepância de pontos de vista: os profissionais dos três domínios repartem-se quanto à sua valorização absoluta (não uso dos testes), valorização condicionada (uso ponderado) e à recusa da sua importância (uso sem problemas). As objecções relativas à tomada de decisão são consideradas pelos psicólogos das organizações e da clínica como pouco fundamentadas (diferença significativa para $p < .05$ neste item).

Finalmente, as expectativas formuladas pelos três grupos de profissionais quanto ao futuro do método dos testes são diferenciadas. Enquanto os psicólogos escolares vão clamente no sentido de uma diminuição do uso dos testes, opinião também partilhada pelos psicólogos clínicos, os psicólogos das organizações consideram como desejável ou a manutenção ou o incremento do nível actual de utilização. Estes valores acabarão por reflectir a especificidade das situações de trabalho, designadamente o tipo de actividades que lhes são solicitadas e os instrumentos/metodologias que estão disponíveis aos psicólogos para a sua realização. Os testes formais poderão, a este nível, mostrar-se mais relevantes junto dos psicólogos das organizações.

Conclusão

Os resultados obtidos não traduzem posições bem diferenciadas por parte dos vários grupos de psicólogos constituídos. As opiniões, atitudes e expectativas em relação ao método dos testes não aparecem claramente diferenciadas, quer em função da percepção da suficiência/insuficiência da formação académica recebida, quer em função do domínio de prática profissional. A homogeneidade verificada nos resultados poderá explicar-se com base em três aspectos: uma formação comum de base, ausência de formações pós-graduadas de carácter específico, e a crescente aproximação da prática profissional nos três domínios que, tra-

dicionalmente, apareciam diferenciados (situações, abordagens, metodologias).

Apesar da homogeneidade apontada, é de referir algumas oscilações nos resultados observados. Os psicólogos inquiridos dividem-se equitativamente entre os que tomam a sua formação no uso dos testes como suficiente e como insuficiente. Embora esta percepção não apareça associada a uma maior valorização dos aspectos objectivos ou subjectivos na avaliação psicológica (pois que ambos os grupos consideram-nos complementares), verifica-se uma ligeira subida no tempo gasto com os testes pelos que tomam a sua formação como suficiente. Este último grupo manifesta, ainda, uma opinião mais favorável em relação a algumas das características do método dos testes (existência de normas rígidas, ênfase na comparação inter-sujeitos), ao mesmo tempo que tendem a atribuir uma menor importância a certas objecções (decisionais e éticas) usualmente formuladas ao método dos testes. Todos estes aspectos poderão significar não apenas um maior recurso a este método na sua prática quotidiana, como também um maior à vontade na ponderação da informação obtida.

Considerando os resultados obtidos em função do domínio de intervenção (clínica, escola e organizações), podemos ver que os testes ocupam uma parte reduzida do tempo total de prática profissional nos três grupos. Este tempo é, no entanto, superior no grupo dos psicólogos das organizações. Estes valores parecem significar uma menor incidência do trabalho dos psicólogos em tarefas exclusivamente de avaliação, ou que esta prática é realizada sem o recurso aos testes formais. É possível, ainda, acrescentar a falta de instrumentos adaptados e aferidos para a população portuguesa, podendo essa falta ser particularmente sentida ao nível da Psicologia Clínica e da Psicologia Escolar.

A percepção da aceitação ou rejeição do uso dos testes pelos outros profissionais aparece significativamente associado com o maior ou menor tempo dispendido com o uso dos testes nos três grupos de psicólogos. A par da necessidade efectiva de utilização, esta associação poderá traduzir uma certa dependência do trabalho do psicólogo em relação às expectativas dos outros profissionais, decorrendo tal situação do carácter ainda incipiente ou pouco estruturado da intervenção psicológica, ou de uma posição de algum modo subalterna em relação aos demais serviços ou profissionais das instituições.

Por último, a especificidade dos domínios de intervenção poderá explicar as ligeiras oscilações nos resultados em relação à valorização dos aspectos objectivos e subjectivos da avaliação bem como das exigências subjacentes ao método dos testes e das implicações das objecções no seu uso. Assim se poderá compreender a maior valorização dos aspectos objectivos por parte dos psicólogos escolares e das organizações aliada à "recusa" dos aspectos subjectivos por parte deste último grupo de profissionais. O mesmo se pode dizer em relação à opinião mais negativa dos psicólogos escolares em relação ao carácter abstracto dos itens (menor ligação da informação recolhida para as situações de aprendizagem) ou à opinião mais favorável dos psicólogos das organizações quanto à existência de normas rígidas ou à ênfase colocada na comparação inter-sujeitos. Estes dois grupos de profissionais aparecem também como os mais contrastados quanto às implicações decorrentes das objecções ao método dos testes no seu uso. Os psicólogos escolares tendem a valorizar mais essas objecções, tomando partido pela inviabilização do uso dos testes, enquanto que os psicólogos das organizações opinam no sentido oposto. Decorre daqui também, a maior predisposição dos psicólogos escolares para tomarem como desejável a diminuição do uso dos testes no futuro, enquanto os psicólogos das organizações consideram como mais desejável ou a manutenção do nível actual de utilização ou o seu incremento.

NOTA

(¹) Sobre o tema genérico de "Utilização dos testes psicológicos em Portugal", os artigos apresentados procuraram contribuir para uma análise reflexiva da situação portuguesa neste assunto. Procurou-se, aliás, inserir a informação recolhida num quadro mais amplo de estudos similares em alguns países europeus. Possivelmente outras análises dos resultados assim como outras considerações poderiam ser formuladas. Os dados recolhidos estão disponíveis (...), contudo o número de elementos já referenciados é considerado suficiente. É possível que no futuro se venham a realizar estudos similares, esperando-se nessa altura ultrapassar os condicionalismos metodológicos (particularmente ao nível da representatividade dos inquéritos recebidos) que caracterizam o presente trabalho

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S. & Cruz, O. M. R. (1985). Utilização dos testes psicológicos: Algumas considerações sobre a sua evolução. *Jornal de Psicologia*, 4 (1), 13-17 (a).
- Almeida, L. S. & Cruz, O. M. R. (1985). A utilização dos testes psicológicos: Resultados de um inquérito junto dos psicólogos portugueses. *Jornal de Psicologia*, 4 (5), 11-18 (b).
- Drenth, P. D. (1975). La contestation des tests. *Revue Internationale de Psychologie Appliquée*, 24, 17-36.
- Morrill, W. H., Oetting, E. R. & Hurst, J. C. (1979). Dimensions of counselor functioning. In S. Weirrach (Ed.). *Career counseling: Theoretical and practical perspectives*. New York: MacGraw-Hill.
- Poortinga, Y. H., Coetsier, P., Meuris, G., Miller, K. M., Samsonowitz, V., Seismedos, N. & Schlegel, J. (1982). A survey of attitudes towards tests among psychologists in six western european countries. *International Review of Applied Psychology*, 31, 7-34.
- Simões, M. M. R. (1983). Sobre a utilização de testes psicológicos: Recenseamento de algumas posições. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 27 (separata).

ABSTRACT

PSYCHOLOGICAL TESTS USE IN PORTUGAL:
ANALYSIS BY LEVEL OF TESTS TRAINING AND DOMAIN
OF PSYCHOLOGICAL INTERVENTION

This paper discusses a series of analysis of opinions and attitudes of portuguese psychologists toward psychological tests. The data are analyzed taking into account two variables: (1) perceptions of their own training in testing (sufficient/nonsufficient), (2) and domain of professional activity (clinical, school and social psychology). No significant differences were found for the first variable. However, some differences were found for the second variable. Here, social psychologists appear as a significantly distinct group. The authors discuss the results in light of the recent history of portuguese psychology.

RÉSUMÉ

L'UTILISATION DES TESTS PSYCHOLOGIQUES
AU PORTUGAL: ANALYSE SELON LA FORMATION
ET LES DOMAINES D'INTERVENTION

Cet article analyse les opinions e les attitudes des psychologues portugais au sujet des tests psychologiques. les résultats sont analysés selon: (1) perceptions personnelles de la formation académique reçue (suffisante/insuffisante); (2) et les domaines de la pratique professionnelle (clinique, scolaire et organisationnelle). Les résultats que se différentient clairement en fonction des variables considérées, malgré les psychologues des organisations représenter avec des spécificités. les auteurs analysent les résultats obtenus en considérant la histoire récente de la psychologie portugaise.

ÍNDICE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL DE PSICOLOGIA, 1986, VOLUME 5

NÚMERO 1 (Janeiro/Fevereiro)

- Dez anos de Psicologia na Universidade do Porto — Bárto Paiva Campos
- História da Psicologia em Portugal (VII): Antecedentes das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação — Maria Isolina Pinto Borges
- A Simbolização no Teste do Desenho da Família — Francisco de Castro Carneiro
- Regressão, Imagem do Corpo e Identificação Projectiva como elementos diferenciadores entre o Processo Adolescente e Processo Psicótico — Rui Paixão e Carlos Amaral Dias
- Contribuições para uma Perspectiva Cognitivista na Formação de Professores — Oscar F. Gonçalves

NÚMERO 2 (Março/Abril)

- Aspectos Estruturais e Funcionais dum Grupo de Crianças Pseudo-Débeis — Helena d'Orey Marchand
- Educação Bilingue para Filhos de Emigrantes — Artur Mesquita
- Consulta Psicológica em Grupo e Orientação Vocacional de Jovens do 9.º Ano — Maria do Céu Taveira
- Fundamentos Teóricos, Formação e Implantação Institucional da Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva (A.P.T.C.C.) — António Vasco Branco, Aníbal Pereira Henriques e Margarida Custódio dos Santos
- Entrevista com Geoff Lindsay — Maria do Céu Taveira e Isabel Macedo Pinto
- Novas Perspectivas para as Ciências da Educação — Teresa Estrela e Albano Estrela

NÚMERO 3 (Maio/Junho)

- Psicoterapia e Cura — Rui Abrunhosa Gonçalves
- Inteligências: Evolução no seu Estudo — Leandro S. Almeida

- Cognição? Não, Obrigado! — Carlos Lopes Porto
- Reflexões sobre algumas características das Técnicas Projectivas — Danilo Silva
- Entrevista com Michel Huteau — António Barros Oliveira

NÚMERO 4 (Setembro/Outubro)

- Faria de Vasconcelos e a Introdução da Orientação Vocacional em Portugal — Pedro Braga Pinho
- Programas de Atendimento ao Superdotado no Brasil e para o Desenvolvimento de Habilidades Criativas — Eunice M. L. Soriano de Alencar
- O Pensamento e a Linguagem no Desenvolvimento Epistemológico do Adolescente — Maria de Fátima das Neves G. Sequeira
- Opinião sobre o I Encontro Nacional de Psicólogos Conselheiros de Orientação Escolar e Profissional — Questões para um II Congresso — Luís Imaginário

NÚMERO 5 (Novembro/Dezembro)

- Autismo Infantil: Um Modelo Comportamental de Intervenção — Luís Alberto Guerreiro
- O Teste de Rorschach: Alguns Aspectos relacionados com as Críticas e as Novas Perspectivas de Utilização — António Abel Pires
- Estádios de Desenvolvimento Cognitivo: Algumas Dúvidas sobre a sua Utilização na Prática de Ensino — Manuel Joaquim Cuiça Sequeira
- As Atitudes Sociais: As Teorias de Eysenck e Kerlinger — Bernardo José Gómez-Durán e Elisardo Beuza